

ÍNDICE SISTEMÁTICO

O autor e a obra

Nota do autor

Parte 1

O DIREITO CIVIL NA ORDEM JURÍDICA

CAPÍTULO 1 – NOTAS INTRODUTÓRIAS AO DIREITO CIVIL

1. Objeto e importância do Direito Civil
2. O Direito, a Moral e outras esferas normativas
 - 2.1. As várias esferas normativas
 - 2.2. O plano da Moral e a ótica do Direito
 - 2.3. A presença da Religião e das Regras de Trato Social
 - 2.4. A nota distintiva do Direito
 - 2.5. A mútua influência entre as esferas normativas
3. A visão integral do Direito
4. As noções de Direito Positivo e Direito Natural
 - 4.1. Instrumentalidade do conceito do Direito
 - 4.2. O vocábulo Direito
 - 4.3. Direito Positivo e Ciência do Direito
 - 4.4. Direito Natural
5. Direito Objetivo, Direito Subjetivo e Dever Jurídico
 - 5.1. Considerações prévias
 - 5.2. Direito objetivo
 - 5.3. Direito subjetivo
 - 5.4. Relação entre o Direito objetivo e o subjetivo
 - 5.5. Faculdade jurídica
 - 5.6. Dever jurídico
6. Direito Público e Direito Privado
 - 6.1. A maior divisão do *Jus Positum*
 - 6.2. As teorias diferenciadoras
 - 6.3. O dualismo e a classificação dos principais ramos da árvore jurídica
7. A ordem jurídica
 - 7.1. O conceito
 - 7.2. A missão dos juristas
8. Origens do Direito Civil
 - 8.1. Considerações gerais
 - 8.2. O Direito português
 - 8.3. O Direito Romano como fonte do Direito Ocidental
9. Direito Civil e Código Civil
10. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e o Código Civil
11. O Direito Civil como ciência e técnica. *O belo no Direito*
 - 11.1. Como ciência
 - 11.2. Como técnica
 - 11.3. Como estética

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 2 – A CODIFICAÇÃO DO DIREITO CIVIL

12. Modernas técnicas de condensação do Direito: código e consolidação
 - 12.1. As primeiras formas de expressão do Direito
 - 12.2. O conceito atual de código
 - 12.3. Caracteres do código
 - 12.4. A técnica legislativa
 - 12.5. A linguagem do código
 - 12.6. A consolidação
13. O Código Napoleão e o codicismo
 - 13.1. A era da codificação
 - 13.2. A influência do Código Napoleão no Mundo Ocidental
14. Vantagens e desvantagens do Código na visão da Escola Histórica
15. As primeiras tentativas de codificação e o Código Civil de 1916
 - 15.1. A criação dos cursos jurídicos
 - 15.2. O *Esboço* de Teixeira de Freitas
 - 15.3. Outras tentativas de codificação
 - 15.4. O Anteprojeto de Clóvis Beviláqua
 - 15.5. O Código Civil de 1916
16. O Código Civil de 2002 e seus antecedentes históricos
 - 16.1. Antecedentes históricos
 - 16.2. A Comissão Elaboradora do Anteprojeto do Código Civil de 2002 e sua orientação básica
 - 16.3. Princípios filosóficos do Código Civil de 2002
 - 16.4. A fase legislativa e as críticas ao Projeto
 - 16.5. A atuação de Miguel Reale

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 3 – FONTES DO DIREITO E NORMA JURÍDICA

17. O sistema de tradição romano-germânica
18. Lei, medida provisória e decreto
 - 18.1. Lei ordinária ou em sentido próprio
 - 18.2. Nomogênese da lei e tridimensionalidade
 - 18.3. O Processo Legislativo
 - 18.4. Ignorância da lei
 - 18.5. Lei delegada
 - 18.6. Medidas provisórias
 - 18.7. Decretos
 - 18.8. Emendas constitucionais e leis complementares
 - 18.9. Vigência, revogação e repristinação
 - 18.10. Efetividade, eficácia e legitimidade da lei
19. Direito consuetudinário e historicismo
 - 19.1. Características do costume jurídico
 - 19.2. A norma costumeira é espontânea?
 - 19.3. Leis da inércia e da imitação
 - 19.4. O caráter supletivo da norma costumeira
 - 19.5. Elementos do costume jurídico
 - 19.6. Espécies de costume
 - 19.6.1. *Consuetudo abrogatoria*
 - 19.6.2. *Desuetudo*
 - 19.7. Historicismo
20. Normas jurídicas e normativismo

- 20.1. Conceito de norma e seu paralelo com a lei
- 20.2. Estrutura lógica da norma jurídica
- 20.3. Características da norma jurídica
 - 20.3.1. Bilateralidade
 - 20.3.2. Abstratividade
 - 20.3.3. Generalidade
 - 20.3.4. Imperatividade
 - 20.3.5. Coercibilidade
- 20.4. Classificação das normas jurídicas
 - 20.4.1. A hierarquia das normas jurídicas
 - 20.4.2. Normas cogentes e dispositivas
 - 20.4.3. Classificação das normas jurídicas quanto à fonte
 - 20.4.4. Normas substantivas e adjetivas
 - 20.4.5. Quanto à sanção
 - 20.4.6. Quanto à natureza do comando
 - 20.4.7. Quanto ao nexo de complementação
 - 20.4.8. Normas nacionais, estrangeiras e de Direito uniforme
 - 20.4.9. Normas implícitas e explícitas
 - 20.4.10. Quanto à flexibilidade
 - 20.4.11. Quanto à inteligibilidade
 - 20.4.12. Quanto à abstratividade ou poder do juiz
- 20.5. Instituto jurídico
- 20.6. Sistema jurídico
- 20.7. Normativismo

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 4 – INTEGRAÇÃO DO DIREITO: ANALOGIA E PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO. A EQUIDADE

- 21. Lacunas da lei e o postulado da plenitude da ordem jurídica
 - 21.1. Observações preliminares
 - 21.2. Lacunas da lei
 - 21.3. O postulado da plenitude da ordem jurídica
- 22. Integração do Direito
 - 22.1. Conceito de integração do Direito
 - 22.2. Espécies de integração do Direito
- 23. Analogia e suas espécies
 - 23.1. Conceito de analogia legal
 - 23.2. Analogia legal e a chamada analogia jurídica
 - 23.3. O processo analógico
 - 23.4. Aplicação da analogia e previsão do sistema
 - 23.5. Exclusão do método analógico
 - 23.6. Fundamento da analogia no Direito
 - 23.7. Analogia e interpretação extensiva
- 24. Princípios gerais de Direito
 - 24.1. A noção dos princípios gerais de Direito
 - 24.2. As funções dos princípios gerais de Direito
 - 24.3. A natureza dos princípios gerais de Direito
 - 24.4. Método de investigação
- 25. A equidade e suas funções
 - 25.1. Noção de equidade
 - 25.2. A função de adaptação da norma jurídica

- 25.3. A equidade na Dogmática Civil
- 25.4. Equidade e jurisdição voluntária
- 25.5. Qual o papel do magistrado na aplicação da equidade?

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 5 – JURISPRUDÊNCIA E DOUTRINA NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

- 26. A separação dos poderes e o papel do Judiciário
 - 26.1. A teoria da separação dos poderes
 - 26.2. O papel do Judiciário
- 27. Noção geral de jurisprudência
 - 27.1. Polissemia de entendimentos das normas jurídicas
 - 27.2. Jurisprudência em sentido estrito
 - 27.2.1. Homogeneidade de aplicação
 - 27.2.2. Pluralidade de decisões
 - 27.2.3. Acórdãos dos tribunais
 - 27.3. Jurisprudência em sentido amplo
 - 27.4. Evolução jurisprudencial
- 28. A contribuição da jurisprudência na formação do Direito Civil
- 29. Uniformização da jurisprudência
 - 29.1. Súmulas dos tribunais
 - 29.1.1. O conceito
 - 29.1.2. Súmula vinculante
 - 29.2. Recurso especial
- 30. A doutrina e a criação do Direito Civil
 - 30.1. A doutrina
 - 30.2. Planos dogmático e inovador
 - 30.3. A doutrina como fonte indireta
 - 30.4. Os métodos doutrinários
 - 30.4.1. Análise de institutos jurídicos
 - 30.4.2. Método por comentários de artigos
 - 30.4.3. O Direito em verbetes
 - 30.4.4. Análise de acórdãos
- 31. O prestígio da doutrina no passado
- 32. A influência da doutrina no Direito Civil brasileiro

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 6 – INTERPRETAÇÃO DO DIREITO

- 33. Conceito de interpretação do Direito
 - 33.1. O sentido e o alcance da norma
 - 33.2. Interpretação e hermenêutica
 - 33.3. Interpretar a norma é dizer o Direito
 - 33.4. Interpretação semântica e semiótica
 - 33.5. Objeto geral de interpretação
 - 33.6. Aptidão para a exegese
 - 33.7. *Mens legislatoris* e *mens legis*
 - 33.8. Interpretação legal e interpretação jurídica?
- 34. Interpretação e aplicação
 - 34.1. A tarefa do intérprete
 - 34.2. Fases da aplicação do Direito
- 35. A importância da interpretação
 - 35.1. O conhecimento das ciências, das artes, dos fatos da vida
 - 35.2. Acesso ao saber jurídico

- 35.3. O Direito é, na medida de sua interpretação
- 36. Elementos da interpretação jurídica
 - 36.1. Elemento gramatical ou filológico
 - 36.2. Elemento lógico
 - 36.3. Elemento sistemático
 - 36.4. Elemento teleológico
 - 36.5. Elemento histórico
- 37. Interpretação quanto à fonte
 - 37.1. Interpretação do utrinária
 - 37.2. Interpretação judicial
 - 37.3. Interpretação autêntica
- 38. Interpretação do Direito quanto ao resultado
 - 38.1. Interpretação declarativa
 - 38.2. Interpretação extensiva
 - 38.3. Interpretação restritiva
- 39. Métodos de interpretação
 - 39.1. Grau de liberdade do intérprete
 - 39.2. Método da Escola da Exegese
 - 39.3. Método histórico-evolutivo
 - 39.4. Revelação científica do Direito
 - 39.5. Lógica do razoável
 - 39.6. O Direito livre
 - 39.6.1. Fases da corrente
 - 39.6.2. Direito alternativo
- 40. A interpretação à luz do Direito Civil brasileiro
 - 40.1. O art. 5º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro
 - 40.2. A interpretação dos atos negociais
 - 40.3. Código de Defesa do Consumidor
 - 40.4. Cláusula testamentária
- 41. O princípio da interpretação conforme a Constituição
 - 41.1. Noção geral do princípio
 - 41.2. Interpretação da Constituição conforme a lei
 - 41.3. Técnica de ponderação
- 42. Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 7 –DIREITO INTERTEMPORAL

- 43. A imutabilidade das leis naturais e o caráter evolutivo das leis jurídicas
- 44. Conceito de Direito Intertemporal
 - 44.1. Considerações prévias
 - 44.2. Conceituação
- 45. O princípio da irretroatividade da lei
 - 45.1. Da conveniência do princípio
 - 45.2. O ordenamento pátrio
 - 45.3. Direito adquirido
 - 45.4. Negócio jurídico perfeito
 - 45.5. Coisa julgada
- 46. A teoria dos direitos adquiridos
 - 46.1. A concepção de Savigny
 - 46.2. A ideia nuclear da teoria dos direitos adquiridos
 - 46.3. Crítica à teoria dos direitos adquiridos
- 47. As teorias de J. Bonnecase e de Paul Roubier

- 47.1. A teoria de J. Bonnecase
- 47.2. Paul Roubier e a teoria do efeito imediato da nova lei
- 48. Novas teorias
- 49. Conclusões

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 8 –O CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO

- 50. A caracterização do conflito
- 51. A origem do conflito
 - 51.1. Fatores do conflito
 - 51.1.1. Pluralidade de sistemas
 - 51.1.2. Mobilidade do homem no espaço
 - 51.2. Uniformidade do Direito
 - 51.3. Admissibilidade de aplicação do Direito forâneo
- 52. Evolução histórica
 - 52.1. O estrangeiro em Roma
 - 52.2. Teoria dos Estatutos
- 53. Os princípios do domicílio e da nacionalidade
 - 53.1. Princípio do domicílio
 - 53.2. O princípio da nacionalidade
- 54. Critérios básicos de solução dos conflitos
 - 54.1. Sistema aplicável
 - 54.2. Técnica de aplicação do Direito estrangeiro
- 55. Espécies de conflitos
 - 55.1. Conflito positivo
 - 55.2. Conflito negativo
- 56. O Direito brasileiro
- 57. O Código Bustamante

Revisão do Capítulo

Parte 2

DAS PESSOAS

CAPÍTULO 9 –PESSOA NATURAL

- 58. Princípio e fim do Direito
- 59. Personalidade
 - 59.1. Conceitos
 - 59.2. Início da personalidade
 - 59.3. Fim da personalidade
 - 59.3.1. Morte presumida sem decretação de ausência
 - 59.3.2. Morte presumida com declaração de ausência.
 - 59.3.3. Declaração de ausência e nomeação de curador
 - 59.3.3.1. Sucessão provisória
 - 59.3.3.2. Sucessão definitiva
 - 59.3.3.3. Comoriência
- 60. Capacidade de fato
 - 60.1. Espécies de incapacidade
 - 60.2. Absolutamente incapazes: Menores de dezesseis anos
 - 60.3. Relativamente incapazes
 - 60.3.1. Por idade

- 60.3.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxico. A Lei Civil distingue os ébrios habituais e os viciados
- 60.3.3. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade
- 60.3.4. Os pródigos
- 60.3.5. Os índios
- 60.4. Fim da incapacidade
 - 60.4.1. Emancipação
 - 60.4.1.1. Por concessão dos pais ou sentença judicial
 - 60.4.1.2. Pelo casamento
 - 60.4.1.3. Emprego público efetivo
 - 60.4.1.4. Curso superior
 - 60.4.1.5. Estabelecimento civil ou comercial, emprego e economia própria
- 61. Estado civil
 - 61.1. Conceito e efeitos jurídicos
 - 61.2. Modalidades
 - 61.2.1. Plano individual
 - 61.2.2. Plano familiar
 - 61.2.3. Plano político
 - 61.3. Ações de estado
- 62. Domicílio da pessoa natural
 - 62.1. Conceito
 - 62.2. Circunstâncias
 - 62.3. Domicílio necessário
 - 62.3.1. Incapaz
 - 62.3.2. Servidor público
 - 62.3.3. Do militar
 - 62.3.4. Marítimo e preso
 - 62.4. Domicílio de eleição
- 63. Direitos da personalidade
 - 63.1. Conceito
 - 63.2. Características
 - 63.3. Objeto dos direitos da personalidade
 - 63.3.1. Tutela física
 - 63.3.2. Tutela mista ou concomitante
 - 63.3.3. Nome e pseudônimo
 - 63.3.4. Tutela da honra
 - 63.3.5. Tutela da privacidade
 - 63.4. A defesa dos direitos da personalidade
 - 63.5. Indenizações
- 64. Registros e averbações
 - 64.1. Considerações gerais
 - 64.2. Nascimento
 - 64.3. Óbito
 - 64.4. Emancipação, interdição e ausência
 - 64.5. Modificação de sexo

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 10 –PESSOAS JURÍDICAS

- 65. Instrumento jurídico de avanço social
 - 65.1. Considerações prévias
 - 65.2. Terminologia
- 66. Origens históricas das pessoas jurídicas

67. Conceito de pessoa jurídica
68. Caracteres da pessoa jurídica
 - 68.1. Construção jurídica
 - 68.2. Personalidade jurídica
 - 68.3. *Universitas distat a singulis*
 - 68.4. Incomunicabilidade de direitos e obrigações
69. Natureza das pessoas jurídicas – *Teorias da personificação*
 - 69.1. Considerações prévias
 - 69.2. Teoria da ficção
 - 69.3. Teoria individualista
 - 69.4. Teoria orgânica ou da realidade objetiva
 - 69.5. Teoria da realidade técnica
 - 69.6. Teoria da instituição
 - 69.7. Teoria objetiva ou materialista de Marcel Planiol
70. Início das pessoas jurídicas e registro público
71. *Disregard doctrine* ou teoria da desconsideração
72. Sociedades despersonalizadas
 - 72.1. Sociedades de fato
 - 72.2. Sociedades irregulares
 - 72.3. Outras entidades despersonalizadas
 - 72.3.1. Massa falida
 - 72.3.2. Espólio
 - 72.3.3. Herança jacente e vacante
 - 72.3.4. Condomínio
 - 72.3.5. Demais entidades despersonalizadas
 - 72.4. A questão da capacidade processual
 - 72.4.1. Posições do utrinárias
 - 72.4.2. O ordenamento jurídico
 - 72.4.3. Observação
 - 72.4.4. Outros aspectos legais
73. Domicílio das pessoas jurídicas
 - 73.1. Princípios gerais
 - 73.2. Consequências práticas
 - 73.2.1. Matéria processual
 - 73.2.2. Matéria tributária
 - 73.2.3. Matéria trabalhista
 - 73.2.4. Relações de consumo
74. Extinção das pessoas jurídicas
 - 74.1. Considerações prévias
 - 74.2. Modalidades
 - 74.2.1. Por convenção
 - 74.2.2. Por decisão administrativa
 - 74.2.3. Por decisão judicial
 - 74.2.4. Por fato natural
75. Classificação das pessoas jurídicas
 - 75.1. Considerações prévias
 - 75.2. A proposta de Savigny
 - 75.3. A classificação da lei
 - 75.4. Entidades civis e eclesiásticas
 - 75.5. Critérios diversos
76. Pessoas jurídicas de Direito Público

- 76.1. Características
- 76.2. O Estado como pessoa jurídica internacional
- 76.3. O Estado como pessoa de Direito interno
- 76.4. Descentralização
 - 76.4.1. Autarquias e associações públicas
 - 76.4.2. Fundações públicas
- 77. Pessoas jurídicas de Direito Privado
 - 77.1. Considerações prévias
 - 77.2. Associação
 - 77.2.1. Conceito
 - 77.2.2. O estatuto
 - 77.2.3. Associados
 - 77.2.4. Assembleia-geral
 - 77.2.5. Dissolução
 - 77.3. Fundação
 - 77.3.1. Considerações prévias
 - 77.3.2. Conceito
 - 77.3.3. Os fins
 - 77.3.4. Da organização e da fiscalização
 - 77.3.5. Administração
 - 77.3.6. Insuficiência dos bens
 - 77.3.7. Extinção
 - 77.3.7.1. Ilicitude superveniente da finalidade
 - 77.3.7.2. Impossibilidade ou inutilidade superveniente
 - 77.3.7.3. Término do prazo
 - 77.4. Sociedade simples
 - 77.4.1. Direito Comparado
 - 77.4.2. O Direito pátrio
 - 77.5. Sociedade empresária
 - 77.6. Sociedades de economia mista
 - 77.6.1. Considerações prévias
 - 77.6.2. Conceito
 - 77.6.3. Limitações de ordem pública
 - 77.7. Empresas públicas
 - 77.7.1. Conceito
 - 77.7.2. Empresas públicas e sociedades de economia mista – distinções
 - 77.8. Organizações religiosas
 - 77.9. Partidos políticos
 - 77.10. Empresa individual de responsabilidade limitada
- 78. Responsabilidade civil
 - 78.1. Registro histórico
 - 78.2. A reparação civil
 - 78.3. A responsabilidade civil e os serviços públicos
 - 78.4. A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de Direito Privado
 - 78.4.1. Conceito legal
 - 78.4.2. Crítica ao conceito legal

Revisão do Capítulo

DOS BENS

CAPÍTULO 11 –BENS E PATRIMÔNIO

- 79. A noção de bens
 - 79.1. Considerações prévias
 - 79.2. As noções ética e econômica de bem
 - 79.3. Conceito jurídico de bem
- 80. Patrimônio
 - 80.1. Conceito
 - 80.2. Característica principal
 - 80.3. Características derivadas
 - 80.4. Outras características
 - 80.5. Teoria do patrimônio mínimo
- 81. Classificação de bens
 - 81.1. Considerações prévias
 - 81.2. As classes de bens no Direito Romano
 - 81.3. A classificação de bens em Teixeira de Freitas
 - 81.3.1. Dos modos da existência das coisas
 - 81.3.2. Das coisas em relação aos direitos
 - 81.3.3. Do lugar da existência das coisas
 - 81.3.4. Do tempo da existência das coisas
 - 81.4. A classificação de bens no Código de 2002

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 12 –DOS BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS

- 82. Bens imóveis e móveis
 - 82.1. Importância da distinção
 - 82.2. Fatores naturais e sociais da distinção
 - 82.2.1. Causas físicas
 - 82.2.2. Causas econômicas
 - 82.2.3. Causas ideológicas
 - 82.3. Dos bens imóveis
 - 82.3.1. Imóveis por natureza
 - 82.3.2. Imóveis por ação natural
 - 82.3.3. Imóveis por ação artificial
 - 82.3.4. Imóveis por definição legal
 - 82.3.4.1. Direitos reais sobre imóveis
 - 82.3.4.2. Ações que asseguram os direitos reais
 - 82.3.4.3. O direito à sucessão aberta
 - 82.3.4.4. Determinadas edificações separadas do solo
 - 82.3.4.5. Materiais provisoriamente destacados de um prédio
 - 82.4. Dos bens móveis
 - 82.4.1. Bens móveis por natureza
 - 82.4.2. Bens móveis para efeitos legais
 - 82.4.2.1. Energias com valor econômico
 - 82.4.2.2. Direitos reais sobre bens móveis e suas respectivas ações
 - 82.4.2.3. Direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações
- 83. Bens fungíveis e infungíveis
- 84. Bens consumíveis e inconserváveis
- 85. Bens divisíveis e indivisíveis
- 86. Bens singulares e coletivos

87. Bens individuais e incertos
88. Bens presentes e futuros
89. Bens comerciáveis e incomerciáveis
 - 89.1. A regra geral
 - 89.2. Espécies de bens incomerciáveis
 - 89.2.1. Inapropriáveis por natureza
 - 89.2.2. Bens legalmente inalienáveis
 - 89.2.3. Bens inalienáveis por ato de vontade
90. Extinção dos bens

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 13 – DOS BENS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS

91. O tema em questão
92. Conceito de bens principais e acessórios
 - 92.1. Conceituações
 - 92.2. O nexo de subordinação do acessório ao principal
93. Pertenças
94. Frutos
 - 94.1. Conceito
 - 94.2. Características
 - 94.3. Classificação
 - 94.4. Efeitos jurídicos
95. Produtos
96. Acessões
97. Benfeitorias
 - 97.1. Conceito
 - 97.2. Espécies
 - 97.2.1. Benfeitorias necessárias
 - 97.2.2. Benfeitorias úteis
 - 97.2.3. Benfeitorias voluptuárias
 - 97.3. Efeitos jurídicos
 - 97.3.1. Princípios jurídicos aplicáveis às benfeitorias necessárias
 - 97.3.2. Princípios jurídicos aplicáveis conjuntamente às benfeitorias necessárias e úteis
 - 97.3.3. Princípios jurídicos aplicáveis às benfeitorias voluptuárias
 - 97.3.4. Princípios jurídicos aplicáveis às três espécies de benfeitorias

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 14 – BENS PÚBLICOS

98. Titularidade de domínio
99. Conceito de bens públicos
100. Espécies de bens públicos
 - 100.1. Espécies
 - 100.1.1. Classificação quanto à destinação
 - 100.1.1.1. Bens públicos de uso comum
 - 100.1.1.2. Bens de uso especial
 - 100.1.1.3. Bens dominicais
 - 100.1.2. Bens quanto à constituição física
 - 100.1.2.1. Bens de domínio hídrico
 - 100.1.2.2. Bens de domínio terrestre – solo
 - 100.1.2.3. Bens de domínio terrestre – subsolo

- 101. Afetação e desafetação
 - 101.1. Afetação
 - 101.2. Desafetação
- 102. Bens públicos *in commercium* e *extra commercium*
- 103. Usucapião de bens públicos
- 104. Aquisição e alienação de bens públicos
 - 104.1. Aquisição
 - 104.2. Alienação

Revisão do Capítulo

Parte 4

DOS FATOS JURÍDICOS

CAPÍTULO 15 –FATO JURÍDICO

- 105. Conceito de fato jurídico *lato sensu*
- 106. Os fatos jurídicos e os acontecimentos em sociedade
- 107. Relação jurídica
- 108. Classificação dos fatos jurídicos
- 109. Função social dos negócios jurídicos
- 110. Espécies de negócios jurídicos
 - 110.1. Classificação quanto ao número de participantes e modo de sua participação
 - 110.2. Classificação quanto ao objeto
 - 110.3. Negócios jurídicos quanto ao seu efeito jurídico
 - 110.4. Quanto à causa
 - 110.5. Quanto às vantagens
 - 110.6. Quanto à forma
 - 110.7. Quanto à época da produção de efeitos
 - 110.8. Quanto ao tipo de negócio jurídico
 - 110.9. Quanto à relação com outro negócio jurídico
- 111. Aquisição, modificação, conservação e extinção de direitos
 - 111.1. Criação
 - 111.2. Modificação
 - 111.3. Conservação
 - 111.4. Extinção e perda de direito

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 16 –VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

- 112. Espécies de requisitos
- 113. Capacidade do agente
- 114. Objeto
- 115. Forma
- 116. Declaração de vontade
 - 116.1. Teorias subjetiva e objetiva
 - 116.2. Conteúdo da vontade declarada
 - 116.3. Modalidades de declarações
 - 116.4. Declaração de vontade inexistente
 - 116.5. O silêncio como declaração de vontade
 - 116.6. Reserva mental

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 17 –INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

- 117. O intérprete
- 118. Objeto geral da interpretação
- 119. Orientação doutrinária
 - 119.1. Considerações prévias
 - 119.2. Regras do utrinárias
 - 119.3. Regras de Pothier sobre a interpretação de convenções
- 120. Regras do Código Civil
 - 120.1. A intenção dos declarantes
 - 120.2. A boa-fé objetiva e os usos do lugar
 - 120.3. Negócios jurídicos benéficos e renúncia
 - 120.4. Outras disposições hermenêuticas do Código Civil
- 121. Procedimentos de integração

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 18 –REPRESENTAÇÃO

- 122. Significado e importância da representação
- 123. A sistemática do Código Civil na matéria
- 124. Conceito de representação
- 125. Espécies de representações
 - 125.1. Classificação quanto ao tempo de duração
 - 125.2. Quanto ao conteúdo
 - 125.3. Quanto à origem
- 126. Disposições legais sobre a representação
 - 126.1. A origem da representação
 - 126.2. Representação e limite de poderes
 - 126.3. Atuação em causa própria
 - 126.4. Prova da representação e extensão dos poderes
 - 126.5. Conflito de interesses com o representado
 - 126.6. Cláusula-mandato
 - 126.7. Representação e gestão de negócio
- 127. Delimitações do instituto da representação
 - 127.1. Representação e contrato com pessoa a declarar
 - 127.2. Representação direta e indireta
 - 127.3. Atuação em nome alheio e atuação com nome alheio
 - 127.4. Representação e formas de colaboração

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 19 –ELEMENTOS ACIDENTAIS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

- 128. Considerações gerais
- 129. Condição
 - 129.1. Conceito
 - 129.2. Requisitos
 - 129.2.1. Expressão volitiva
 - 129.2.2. Determinação
 - 129.2.3. Futuridade
 - 129.2.4. Incerteza
 - 129.2.5. Possibilidade
 - 129.2.6. Lícitude
 - 129.3. Condições impróprias
 - 129.3.1. Acontecimentos do passado ou do presente
 - 129.3.2. Condições necessárias

- 129.3.3. Condições impossíveis
- 129.3.4. Condições legais
- 129.4. Espécies
 - 129.4.1. Condição suspensiva e condição resolutiva
 - 129.4.2. Condições potestativas, casuais e mistas
 - 129.4.3. Condições possíveis e impossíveis
 - 129.4.4. Condições positivas e negativas
 - 129.4.5. Condições expressas e tácitas
 - 129.4.6. Condições conjuntas e alternativas
 - 129.4.7. Condições perplexas e não perplexas
- 129.5. Verificação da condição
- 129.6. A questão da retroatividade das condições
- 129.7. Disposições do Código Civil de 2002
 - 129.7.1. Lícitude
 - 129.7.2. Condições que invalidam os negócios jurídicos
 - 129.7.3. Condição e direito adquirido
 - 129.7.4. Atos negociais na pendência de condição
 - 129.7.5. Condição resolutiva e execução continuada ou periódica
 - 129.7.6. Malícia na implementação da condição
 - 129.7.7. Atos de conservação do direito eventual
 - 129.7.8. Condição suspensiva e prescrição

130. Termo

131. Encargo ou modo

132. Pressuposição

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 20 – DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

- 133. Vícios de consentimento e vícios sociais
 - 133.1. Aspectos gerais
 - 133.2. Declaração de vontade e existência, validade e eficácia dos atos negociais
 - 133.3. Saneamento dos atos anuláveis
- 134. Erro
 - 134.1. Conceito
 - 134.2. Erro principal ou essencial e erro accidental
 - 134.2.1. Conceito
 - 134.2.2. Espécies de erro accidental ou essencial
 - 134.2.2.1. *Error in negotio*
 - 134.2.2.2. *Error in corpore*
 - 134.2.2.3. *Error in substantia*
 - 134.2.2.4. *Error in persona*
 - 134.2.3. Espécies de erro accidental
 - 134.2.4. Erro de fato e erro de Direito
 - 134.2.5. Efeitos do erro segundo a doutrina
 - 134.2.6. Erro e vício redibitório
 - 134.2.7. O erro no Direito Civil brasileiro
- 135. Dolo
 - 135.1. Conceito
 - 135.2. Dados contingentes na definição de dolo invalidante
 - 135.2.1. Parte do ato em que o erro recai
 - 135.2.2. Meios utilizados
 - 135.2.3. Escusabilidade

- 135.2.4. Capacidade delitual
- 135.2.5. Autoria pelo diretamente beneficiado
- 135.2.6. Intenção de causar dano e a ocorrência de dano
- 135.3. Induzimento a erro sem dolo
- 135.4. Dolo principal ou essencial e dolo accidental
- 135.5. Dolo comissivo e dolo negativo
- 135.6. Regras do Direito Civil sobre o dolo
 - 135.6.1. Anulabilidade do ato negocial por doloso induzimento a erro
 - 135.6.2. Dolo accidental e seus efeitos jurídicos
 - 135.6.3. Silêncio intencional
 - 135.6.4. Dolo de terceiro
 - 135.6.5. Dolo por representante de parte
 - 135.6.6. Dolo recíproco
- 135.7. Dolo e figuras jurídicas semelhantes
- 135.8. Direito Comparado
- 135.9. Avaliação crítica dos sistemas
- 136. Coação
 - 136.1. Conceito
 - 136.2. Requisitos
 - 136.2.1. Ameaça
 - 136.2.2. O bem ameaçado
 - 136.2.3. Declaração de consentimento em ato negocial
 - 136.2.4. A grave ameaça como única causa para a declaração de consentimento
 - 136.3. As regras do Código Civil de 2002
 - 136.3.1. A ação do coator
 - 136.3.2. O coato
 - 136.3.3. A iminência do dano
 - 136.3.4. Ameaça e exercício regular de direito
 - 136.3.5. Presunção relativa
 - 136.3.6. A coação por terceiro
 - 136.3.7. Sugestão hipnótica
- 137. Estado de perigo
 - 137.1. Conceito
 - 137.2. Requisitos
 - 137.2.1. Perigo
 - 137.2.2. Obrigação excessivamente onerosa
 - 137.2.3. Vilania do declaratário
 - 137.3. Efeitos jurídicos
 - 137.4. A prova em juízo
- 138. Lesão
 - 138.1. Antecedentes históricos
 - 138.2. Conceito
 - 138.3. Natureza jurídica da lesão
 - 138.4. Anulabilidade do negócio jurídico
 - 138.5. Justiça versus segurança
- 139. Simulação
 - 139.1. Considerações prévias
 - 139.2. Conceito
 - 139.3. A simulação no Direito Romano
 - 139.4. Simulação absoluta e relativa
 - 139.5. Regras do Direito Civil sobre simulação

- 139.5.1. Simulação por interposta pessoa
- 139.5.2. Simulação por declaração não verdadeira
- 139.5.3. Simulação por data fictícia
- 139.5.4. Terceiros de boa-fé
- 140. Fraude contra credores
 - 140.1. Conceito
 - 140.2. A fraude contra credores no Código Civil de 2002
 - 140.2.1. Atos de doação e de remissão de dívida
 - 140.2.2. Disposição de bens em atos onerosos
 - 140.2.3. Outras disposições
 - 140.2.4. Ação revocatória
 - 140.2.4.1. Anulação com fundamento em atos de doação e de remissão de dívida (art. 158, CC)
 - 140.2.4.2. Anulação com fundamento em atos onerosos (art. 159)
 - 140.2.4.3. Ação de desobrigação do adquirente
 - 140.2.4.4. Pagamento antecipado de dívida (art. 162)
 - 140.2.4.5. Garantias de dívida conferidas em estado de insolvência (art. 163)
 - 140.3. Fraude de execução

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 21 – INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

- 141. Considerações gerais
- 142. Conceitos fundamentais
 - 142.1. Técnica de eliminação progressiva
 - 142.2. Inexistência
 - 142.3. Invalidade
 - 142.4. Nulidade
 - 142.5. Anulabilidade
 - 142.6. Ineficácia dos atos negociais
 - 142.7. Rescisão, revogação e resolução
- 143. Preceitos comuns aos atos nulos e anuláveis no Código Civil
- 144. Negócio jurídico nulo
- 145. Negócio jurídico anulável

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 22 –ATO ILÍCITO

- 146. Considerações prévias
- 147. Responsabilidade civil e conceito de ato ilícito
 - 147.1. Responsabilidade contratual e extracontratual
 - 147.2. Conceito de ato ilícito
 - 147.3. Ato ilícito e negócio jurídico
 - 147.4. Ilícito civil e criminal
- 148. Requisitos do ato ilícito
 - 148.1. Ação ou omissão
 - 148.2. Dolo ou culpa
 - 148.3. Violação de direito
 - 148.4. Dano
 - 148.5. Nexo de causalidade
- 149. Abuso de direito
 - 149.1. Direitos relativos e exercício de direito
 - 149.2. Antecedentes legislativos
 - 149.3. Conceito

- 149.4. Requisitos
 - 149.4.1. Titularidade de direito
 - 149.4.2. Exercício irregular do direito
 - 149.4.3. Rompimento de limites impostos
 - 149.4.4. Violação do direito alheio
 - 149.4.5. Elemento subjetivo da conduta
 - 149.4.6. Nexo de causalidade
 - 149.5. Abuso em Direito Processual
 - 149.6. Alguns acórdãos
150. Exclusão de ilicitude
- 150.1. Legítima defesa
 - 150.2. Exercício regular de um direito reconhecido
 - 150.3. Estado de necessidade

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 23 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

- 151. Direito subjetivo e pretensão
- 152. Conceito e requisitos da prescrição
 - 152.1. Prescrição aquisitiva ou usucapião
 - 152.2. Prescrição do direito de ação
 - 152.3. Requisitos
 - 152.3.1. Titularidade do direito
 - 152.3.2. Inércia do titular
 - 152.3.3. Transcurso de tempo superior ao fixado em lei
 - 152.3.4. Violação de dever legal ou contratual
 - 152.4. Consequência
- 153. Princípios básicos da prescrição
 - 153.1. Matéria de ordem pública
 - 153.2. Possibilidade de renúncia e condições
 - 153.3. Ampliação e redução do lapso prescricional
 - 153.4. Pronunciamento de ofício pelo juiz
 - 153.5. A oportunidade para alegação
 - 153.6. Pessoas a que se refere
 - 153.7. Contagem de prazo
- 154. Limitações à prescrição
 - 154.1. Pretensões que não prescrevem
 - 154.2. Prazos que não fluem
- 155. Prescrição, decadência e figuras processuais afins
- 156. Regras gerais do Direito Civil
- 157. As regras legais de impedimento ou suspensão da prescrição
 - 157.1. Relações familiares e situações análogas
 - 157.2. Dificuldade do prescritente
 - 157.3. Imposições técnicas
 - 157.4. Apuração de fato em juízo criminal
 - 157.5. A suspensão nas obrigações indivisíveis
- 158. Causas de interrupção da prescrição
 - 158.1. Considerações gerais
 - 158.2. A hipótese de vários credores ou de diversos coobrigados
 - 158.3. Causas de interrupção
 - 158.3.1. Ato de citação
 - 158.3.2. Protesto judicial
 - 158.3.3. Protesto cambial

- 158.3.4. Apresentação de título de crédito
- 158.3.5. Ato judicial que constitua em mora o devedor
- 158.3.6. Reconhecimento do direito pelo devedor
- 159. Prazos de prescrição
 - 159.1. Regra geral
 - 159.2. Prescrição em um ano
 - 159.3. Prescrição em dois anos
 - 159.4. Prescrição em três anos
 - 159.5. Prescrição em quatro anos
 - 159.6. Prescrição em cinco anos
- 160. Decadência
 - 160.1. Considerações gerais
 - 160.2. Algumas regras do Código Civil
 - 160.3. Alguns acórdãos

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 24 – PROVA DOS FATOS JURÍDICOS

- 161. A forma dos negócios jurídicos
- 162. A noção jurídica de prova
- 163. Valoração da prova
- 164. Confissão
- 165. Documento
 - 165.1. Conceito
 - 165.2. Autor do documento e autor do fato documentado
 - 165.3. Documentos públicos
 - 165.4. Escritura pública
 - 165.5. Traslados autênticos e certidões
 - 165.6. Documentos particulares
- 166. A prova testemunhal
 - 166.1. O valor do testemunho no Direito Romano
 - 166.2. O art. 227 do Código Civil
 - 166.3. Os que não podem testemunhar
 - 166.4. O dever legal de depor e suas exceções
- 167. Presunção
 - 167.1. Conceito
 - 167.2. Espécies de presunção
- 168. Perícia
 - 168.1. Conceito
 - 168.2. Dispositivos legais do Código Civil

Revisão do Capítulo

BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS